

**O Uso de Dados Censitários na Análise de Dimensões
Particulares da Vida Social - virtualidades e limites**

Guaraci Adeodato Alves de Souza*

INTRODUÇÃO

Este trabalho originou-se de um roteiro de aulas que ministramos, num módulo específico da disciplina de Metodologia da Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da FFCH-UFBA, coordenada pela Profª Mª do Rosário Carvalho. Nele buscamos mostrar, a partir da nossa própria experiência de pesquisa, a importância metodológica de alguns recortes empíricos quantitativos, construídos com base em dados dos Censos Demográficos ou de fontes semelhantes, como a PNAD – Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar, a respeito de dimensões muito centrais da vida social.

Referimo-nos a exemplos do uso de dados censais e das PNAD's em análises sobre as mudanças e persistências históricas nos padrões de procriação e de sucessão das gerações na Bahia, retiradas sobretudo da nossa tese de doutorado – *Sucessão das gerações na Bahia. Reencontro de uma totalidade esquecida* (ver Anexo 1). Procurando desfazer alguns preconceitos, freqüentes entre cientistas sociais, em relação a essas fontes de dados e aos indicadores quantitativos que delas podem ser derivados, demonstramos que os dados censais possibilitam, se adequadamente usados, observações empíricas relevantes e a discussão de hipóteses fundamentais sobre dimensões relacionais ou sobre sistemas de práticas socialmente vividas, que constituem objetos centrais das ciências sociais. Na tese, analisamos para a Bahia, combinando o uso de dados quantitativos e qualitativos, as tendências históricas da fecundidade e das condições de

* Profª Adjunto IV de Demografia do Departamento de Sociologia e pesquisadora do CRH, Assessora do Ensino de Graduação na PROGRAD-UFBA.

sobrevivência dos filhos, associadas às alterações dos sistemas práticos sociais – ou de *habitus*, no sentido de BOURDIEU – relativas à constituição de proles e descendências (sobreviventes) dos casais, estruturadores da vida familiar e da dinâmica de formação dos grupos familiares.

Nos tópicos a seguir, contudo, salientamos também algumas das principais dificuldades e limitações analíticas que se acham envolvidas no uso dessas fontes de dados e na construção de indicadores quantitativos deles derivados, indicando alguns procedimentos metodológicos e técnicos que permitem contorná-las. Dificuldades que se avolumam quando se combina dados quantitativos e qualitativos numa mesma análise. Isto, certamente, possibilita seu enriquecimento, mas requer muitos cuidados metodológicos, que tornam a pesquisa muito complexa.

OS CENSOS DEMOGRÁFICOS SÃO IMPORTANTES FONTES DE DADOS SOBRE DISTINTAS DIMENSÕES PARTICULARES DA VIDA SOCIAL

Os Censos Demográficos modernos costumam levantar dados e informações quantitativas referidas a dimensões centrais da vida social, tais como: tamanho e composição por idade e sexo da população, distribuição da população no espaço interno de um país (estados, municípios, áreas rurais e urbanas, etc...) subdividido por critérios sócio-políticos (isto é, político-administrativos), nível de escolarização dos indivíduos (anos de estudo e curso concluído), modos de inserção dos indivíduos na atividade produtiva ou no mercado de trabalho, *status* migratório, tempo de residência em dada área/localidade ou origem/procedência migratória, composição social do quadro domiciliar, condições sanitárias da habitação, níveis de renda dos indivíduos ou de consumo de alguns bens, estado conjugal dos indivíduos, fecundidade das mulheres e mortalidade dos filhos.

Observar nas publicações dos Censos Demográficos de 1970 e 1980 as tabelas de dados brutos referidas às distintas dimensões do real acima citadas. Observar as “variáveis” consideradas no levantamento amostral dos Censos, as suas categorias (aspectos específicos) e os cruzamentos de “variáveis” (relações entre dimensões do real) sobre as quais esses Censos se remetem. Para maiores informações sobre os Censos Demográficos no Brasil, ver o Cap. 4 de SANTOS, J. L. F., LEVY, M. S. F. e SZHRECSÁNYI, T. 1980. **Dinâmica da população: teoria, métodos e técnicas de análise.** São Paulo: T.A. Queiroz.

Inúmeros estados, características e tendências da realidade social – que é essencialmente coletiva – só podem ser apreendidos ou captados por alguma forma de quantificação, inclusive aqueles referidos às dimensões da vida social acima citadas. Por isso mesmo, a abordagem desses estados, características e tendências da realidade social requerem alguma forma de *abstração* matemática, na operacionalização técnica ou metodológica da pesquisa; ou seja, requerem operações de natureza estatística, que abstraem as próprias relações sociais concretas.

Como é muito corrente o preconceito contra os recortes quantitativos, sobretudo os fundados em informações censitárias, vale questionar, com as palavras de BACHELARD (1996, p. 8): ... *já que o concreto é corretamente analisado pelo abstrato* [inclusive em abordagens qualitativas], *por que não aceitaríamos considerar a **abstração** como procedimento normal e fecundo do espírito científico?* [g.n].

Este autor argumenta que ... ***pensamento abstrato** não é sinônimo de má consciência científica* e que ... *a abstração desobstrui o espírito, que ela o torna mais leve e dinâmico*, já que permite a ruptura epistemológica com a percepção imediata e com noções pré-construídas pelo senso comum, e insiste em salientar o ...*caráter de **obstáculo** que tem toda experiência que se pretende concreta e real, natural e imediata*. Embora sejam significativas as ...*dificuldades das abstrações corretas...*, existem meios de se chegar a uma *quantidade representada, a meio caminho entre o concreto e o abstrato, numa zona intermédia em que o espírito busca conciliar matemática e experiência, leis e fatos*.

Os Censos Demográficos brasileiros põem em disponibilidade uma boa variedade de informações básicas, já pré-construídas, que pos-

sibilitam a abordagem de várias problemáticas; seja via o recorte de certos aspectos da realidade inter-relacionados, num dado momento de tempo (corte transversal, de momento *t* ou *cross section*), com uso de um mesmo censo, seja via o recorte de tendências de certos aspectos, em período específico (de 10 anos ou mais), com uso de mais de um censo, para a apreensão de mudanças sociais, sócio-econômicas e demográficas de longo prazo.

E como possuímos, no Brasil, Censos Demográficos mais ou menos comparáveis para 1940, 1950, 1960, 1970, 1980 e 1991 e uma Contagem de População para 1996, podemos com eles realizar, para este século, análises sobre certas tendências de largo curso histórico – ocorridas num período de 56 anos, pelo menos – e consideradas, por grandes cientistas sociais, como absolutamente cruciais para a alteração global da ordem social ou das condições mesmas de sociabilidade. Entre elas, pode-se citar as mudanças nos padrões de reprodução demográfica, no patamar de urbanização ou no perfil da rede urbana, nas formas e/ou condições de inserção da força de trabalho masculina e feminina na produção (ou na estrutura da PEA), na distribuição da renda, nas condições de escolaridade dos homens e mulheres, nas condições de fixação de residência ou de desenraizamento dos indivíduos dos seus locais de nascimento.

Exatamente por reconhecerem que alguns dados secundários oficiais, inclusive os dados censitários, são metodologicamente importantes para a análise de dimensões particulares da realidade social, além de serem de fácil obtenção, é que grandes cientistas sociais críticos o empregaram em suas análises. Este foi o caso, por exemplo, no século XIX, de MARX (em *O Capital*) – um aficionado pelo recorte de dimensões objetivas e coletivas – e, neste século, de vários estudos de BOURDIEU – exímio artífice na apreensão e compreensão das disposições subjetivas implícitas na ação dos sujeitos históricos (ver conceito de *habitus*), nos discursos performáticos associados ao exercício do poder simbólico ou no *jogo da divulgação e da distinção* (BOURDIEU, 1966, p. 129).¹ Ambos usaram, para fins precisos, dados secundários e censitários, mesmo reconhecendo as suas imitações.

¹ BOURDIEU, P., 1966. Différences et distinctions. In: DARRAS. *Le partage des bénéfiques*. Paris: Minuit. p. 117-129.

O EMPREGO DE DADOS CENSITÁRIOS EM ANÁLISES SOCIOLÓGICAS, ECONÔMICAS E DEMOGRÁFICAS REQUER ESFORÇOS TÉCNICOS E METODOLÓGICOS ESPECIAIS

Uma das primeiras dificuldades a se enfrentar, no uso de informações censitárias, é que elas são *secundárias*; ou seja, são pré-construídas segundo supostos, critérios analíticos e conceitos, muitas vezes, incompatíveis com a formulação da problemática feita pelo pesquisador (ver BOURDIEU *et al.*, 1975). Um bom exemplo disso são os conceitos de quadro rural e quadro urbano de residência, nos nossos censos, construídos com fundamento na divisão político-administrativa do estado brasileiro. Nos Censos Demográficos, o quadro urbano abarca todas as *idades* (sedes municipais) e *vilas* (sedes distritais), independentemente do tamanho de suas populações, da rede de serviços básicos nelas existentes e da extensão e diversificação dos setores secundário e terciário das economias locais.

Ver como os autores do estudo “*Mudanças sócio-demográficas recentes: Extremo Sul da Bahia*” (SEI, 1998, p. 65-87), se distanciaram criticamente de tais conceitos e usaram os dados censitários de 1980, 1991 e 1996 para analisarem as condições de “Urbanização e Mudança Demográfica da Rede Urbana”, sem deixarem que a análise ficasse prejudicada pelos conceitos originais dos censos.

O emprego de informações censais, assim, requer um esforço persistente de vigilância epistemológica, de reflexão crítica e de interpretação sobre o que cada **variável** ou categoria censitária efetivamente espelha ou esconde do objeto que se pretende recortar, quais os supostos (teóricos e técnicos) estão nelas implícitos e quais as suas correspondências com os conceitos e categorias tomados pelo próprio pesquisador.

Outra característica inerente às **variáveis** e categorias dos Censos Demográficos é que elas reduzem, por suposto, dimensões complexas da realidade social a agregados ou subagregados de indivíduos (noção estatística de população), sem levar em conta as relações, as ações e as instituições sociais que estruturam os distintos âmbitos da vida social considerados. Quando o pesquisador adere, na sua análise, às **variáveis** e cate-

gorias censitárias, ou aplica o esquema conceitual que fundamenta o censo, sem quaisquer mediações metodológicas, acaba *vendo* como propriedade da realidade social, aquilo que era um suposto de *abstração* (estatística) usado inicialmente na concepção do levantamento censitário. Isto é, acaba tratando (tautologicamente) os distintos âmbitos da realidade social como *populações reais*; ou seja: população rural, população urbana, população em idade ativa, população economicamente ativa, população em idade reprodutiva, população jovem, população feminina, população masculina ou população total (com múltiplos significados). E este é um dos principais enganos empiricistas, fonte de *ilusões de ótica*.

Como, da ótica das ciências sociais, *o real é relacional* – isto é, se estrutura pelas relações entre sujeitos individuais e/ou institucionais – tal característica dos dados censais impõe limites às análises que com eles são realizadas. Contudo, é possível contornar algumas limitações pela construção de mediações metodológicas que permitam uma maior aproximação de dimensões relacionais e estabeleçam correspondências entre os conceitos e proposições teóricas referidas a um dado objeto de estudo (formulado relacionamente) e os indicadores escolhidos para operacionalizar a apreensão de um aspecto particular do mesmo.

KOPNIN (1972)² argumentava que, como o raciocínio científico é categorizado: ... *as fronteiras dos conceitos anteriores podem ser estreitas para o novo conteúdo a que leva o movimento do pensamento. Os conceitos anteriores podem servir de obstáculos à assimilação das novas propriedades e leis. É por isso que é indispensável a mudança do aparelho conceitual do pensamento, completando-se com novos elementos.*

Tal procedimento pode alargar as fronteiras dos conceitos operacionais para permitir interpretações mais ricas das informações sistematizadas nesses indicadores e sua articulação com informações qualitativas. A justaposição forçada de **variáveis** qualitativas e quantitativas não é solução para alargar as fronteiras dos conceitos, pois cria novos problemas

² KOPNIN, P.V., 1972. *Fundamentos lógicos da ciência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

(ver BOURDIEU *et al*, 1975). Este, consiste num dos principais desafios metodológicos a se vencer num estudo fundado em dados censitários.

Ver que, na sua análise sobre dimensões quantitativas e qualitativas dos **padrões de procriação**, visto como um componente da sucessão das gerações vivido e operado por sujeitos históricos (individuais, micro-coletivos e institucionais), SOUZA (1996, Cap. 1) procura romper com uma forma empiricista e eufêmica de **inderdisciplinariedade**, muito corrente, construída por justaposição forçada de conceitos abstratos da demografia formal (formulados como indicadores), como o de **fecundidade**, e conceitos sociológicos e relacionais, como o de **família**. As formulações que faz a autora sobre a natureza, os aspectos significativos e a determinação dos **padrões de procriação**, constituem mediações metodológicas que alargam as fronteiras do conceito original de fecundidade, para permitir mover, consistentemente, a análise empírica de um plano bem abstrato e quantitativo (no qual nFx tem significado preciso), para um plano relacional e simbólico, como o construído pelas teorias da ação e da reprodução social. Isto lhe viabiliza, no Cap. 3, construir análises com indicadores que expressam as formas e ritmos de produção das proles e descendências das mães de distintas gerações e permitem discernir o sentido das mudanças nos sistemas de práticas de procriação.

Difícilmente se pode analisar, adequadamente, um estado, uma característica ou uma tendência da realidade social com um único indicador. Muitas vezes, um indicador revela um aspecto ou uma manifestação específica do fenômeno abordado, deixando outro aspecto ou manifestação em área de sombra. Por outro lado, vários indicadores, podem ser afetados por fatores extrínsecos ao fenômeno, deformando a observação do mesmo, sendo necessário novos recortes para manter tais fatores extrínsecos sob controle.

Ver que SOUZA (1996, Cap. 3) usa vários indicadores de fecundidade, inclusive a Taxa Média de Prolificidade das Mães, segundo idade (Tabela 4, p. 189) que, diferentemente do N° Médio de Filhos Tidos Nascidos Vivos (até o ano censal), segundo idade das mulheres (Tabela 2, p. 154), não se deixa afetar pelo fator extrínseco - variação da frequência de uniões conjugais.

$$\text{TMP}(x|_{-x+n}) = \frac{\text{FTNV}(x|_{-x+n})}{\text{Mães}(x|_{-x+n})} \quad \text{N}^\circ \text{ médio de FTNV}(x|_{-x+n}) = \frac{\text{FTNV}(x|_{-x+n})}{\text{Mulh.}(x|_{-x+n})}$$

Outros desafios da análise censitária dizem respeito ao estabelecimento de correspondências ou conexões (demonstráveis ou testáveis) entre movimentos sincrônicos e diacrônicos, no campo da problemática recortada, e entre os tempos da vida social (tempo histórico) e os tempos da vida individual (momentos dos ciclos de vida, de trajetórias individuais ou de transições de uma fase de vida individual ou familiar a outra).

Ver que, na Tabela 4 acima citada (SOUZA, 1996, p. 189), relacionam-se o tempo calendar (ano censal) com a idade, o tempo de vida dos indivíduos de uma mesma geração. E ela pode ser analisada no **sentido horizontal** – para se observar as variações (diacrônicas) intergeracionais da prolificidade das mães que vão atingindo a mesma faixa etária, ao longo de décadas – no **sentido vertical** – para se considerar as variações (sincrônicas) da prolificidade das mães de distintas gerações, até dado ano censal, quando elas vão atingindo distintas faixas etárias – e no **sentido diagonal**, para observar as variações intrageracionais da prolificidade das mães, ao longo de cada década, quando elas passam de um grupo etário a outro, 10 anos mais velho.

Estas questões metodológicas e técnicas tornam indispensável o confronto de vários indicadores para uma apreensão menos distorcida ou fragmentada do objeto de estudo. Por essa razão, a pesquisa feita com dados censitários, muitas vezes, parece ao pesquisador um intrincado quebra-cabeça.

Face ao que se disse, vale ressaltar que, **os dados** – tratados estatisticamente através de indicadores ou modelos empíricos – não falam por si mesmos (BOURDIEU et al, 1976; BRUYNE *et al*, 1977) e não devem ser confundidos com **os fatos** ou fenômenos significativos. Estes são, também, construídos pela leitura ou interpretação que o pesquisador faz dos conjuntos de **dados**, com respaldo nas suas referências teóricas e tendo em vista as hipóteses da investigação. Tomar **os dados**, como sendo os próprios **fatos**, é outro grave engano empiricista.

DADOS CENSITÁRIOS, TRABALHADOS COM RIGOR METODOLÓGICO E TÉCNICO, PODEM RESPALDAR PESQUISAS QUE BUSCAM DESVENDAR CARACTERÍSTICAS E MOVIMENTOS SIGNIFICATIVOS DA REALIDADE SOCIAL E DISCUTIR HIPÓTESES CIENTIFICAMENTE RELEVANTES

Pelo que se disse, pode-se concluir que os Censos Demográficos constituem uma rica fonte de informação para **pesquisas científicas** e não apenas para diagnósticos ou prognósticos técnicos que fundamentam o planejamento social e econômico. Com um único Censo, p. ex., pode-se realizar análises comparativas sobre cada uma das dimensões particulares da vida social referidas no item 1, entre distintos espaços da sociedade considerados no Censo ou entre diferentes segmentos sociais. E, quando se dispõe de vários Censos, ou de uma série histórica de dados censais comparáveis, tem-se a possibilidade de discutir a validade ou não de algumas hipóteses sobre as mudanças e/ou persistências de estruturas sociais, geo-econômicas e demográficas, em âmbitos sociais distintos (macro, meso ou micro). Por outro lado, o fato de serem dados quantificados, não implica que não se possa com eles observar, direta ou indiretamente, mudanças e/ou persistências em certos sistemas de práticas ou de relações sociais, ou a velocidade e amplitude da difusão social de novas práticas sociais, num dado período de tempo.

Ver que SOUZA (1996, Cap. 3), com base em séries históricas de dados censitários sobre a fecundidade das baianas – uma das poucas fontes de dados fidedignos para o estudo deste processo – demonstra, entre outras hipóteses empíricas com implicações teóricas, que:

- 1º) o que se chama **transição da fecundidade** (definida como uma fase histórica do processo de transição demográfica, na qual se verifica um declínio continuado dos níveis médios globais de fecundidade) não é um fenômeno iniciado no Brasil e na Bahia, depois de 1965, com a difusão da pílula e de outras técnicas anticoncepcionais modernas; mas que, esta se inicia nas elites e classes médias urbanas em fins do século XIX – SOUZA (1996), fim do Cap. 2 e início do Cap.3;
- 2º) os níveis médios de fecundidade das baianas menos escolarizadas (e também as menos medicalizadas) não ficou constante ou oscilando em alto patamar, entre os anos anteriores a 1940 até 1965, como muitos afirmavam; mas que esteve em elevação persistente, em todo este período, sendo que nele, exatamente, começou a haver ampla substituição das velhas práticas de **deixar vir os filhos até a menopausa** por práticas de encerra-

mento das carreiras reprodutivas das mulheres, em idades ainda jovens, sobretudo a partir dos 35 anos de idade. Ver SOUZA (1996), Cap. 3.

O trabalho científico com dados censais exige adequada formulação da problemática de estudo e alguma formalização matemática sobre as propriedades e determinações dos fenômenos a serem observados, desde o momento inicial da pesquisa. É preciso que o pesquisador organize suas formulações teóricas e procedimentos metodológicos para as descobertas que pretende. Como se sabe, a formulação da problemática de uma pesquisa conduz todo o processo de pesquisa (inclusive quando esta se baseia em dados censais).

Ver, a esse respeito, BOURDIEU *et al* (1975, p. 51-81), dando atenção especial à seguinte proposição dos autores:
*Um objeto de investigação, por mais parcial ou parcelado que seja, não pode ser definido e construído senão em função de uma **problemática teórica** que permita submeter a um sistemático exame todos os aspectos da realidade postos em relação pelos problemas que lhe são formulados* (BOURDIEU *et al*, 1975, p. 54).

Em vista das dificuldades que surgem na operacionalização da pesquisa, muitas vezes é preciso, no curso de sua realização, reformular-se ou ajustar-se o próprio delineamento inicial da problemática, pois, como afirmam BRUYNE *et al* (1979, p. 57): *assim, a problemática como lugar do erro constantemente retificado é o fundamento de toda interrogação científica e a verdadeira idéia diretriz consiste em adaptar um método a um problema. A problemática é a visão global do próprio objeto da pesquisa e do domínio no qual ela se desenrola.*

Tal *visão global do próprio objeto da pesquisa* orienta e reorienta a resolução do complexo quebra-cabeça em que se constitui uma pesquisa com uso de censo, em especial uma pesquisa sobre fecundidade ou sobre as mudanças e persistências nos padrões de procriação. Por isso mesmo, SOUZA (1996) procurou manter sempre, no curso da sua investigação, a visualização de um padrão de procriação, enquanto elemento dinâmico intrínseco (mecanismo) de um padrão de sucessão das gerações, e não como um processo sócio-demográfico inteiramente autônomo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O emprego de dados censais na análise de dimensões particulares da vida social não dispensa o pesquisador de levar em conta a natureza desta atividade peculiar que é **fazer pesquisa**. Para a pesquisa com censos também valem as considerações abaixo.

1ª - FAZER PESQUISA É UMA ARTE!

Pesquisar é a atividade mais fundamental da prática científica; ela é que confere dinamismo a uma ciência e a faz avançar. Trata-se de uma atividade essencialmente prática que envolve esforços de clara formulação das perguntas a serem respondidas, de abstração e redução, de ordenamento lógico de idéias e seleção de procedimentos técnicos. E que, por isso mesmo, requer a aplicação (mediada por avaliação crítica) de distintos tipos de conhecimentos e habilidades previamente incorporados. Como toda atividade prática, esta também só se aprende praticando.

Através dela, cientistas de um dado campo constroem e reconstroem seus objetos de estudo, formulando e reformulando enunciados e proposições a respeito de tais objetos ou constroem novos instrumentos de abordagem dos mesmos; elementos a partir dos quais derivam perguntas sobre as propriedades e manifestações de alguns fenômenos relacionados com tais objetos, cujas respostas são buscadas em observações sistemáticas e/ou em experimentos pré-programados, segundo dado método e prevendo o emprego de dados materiais e técnicas.

Em vista disso, pode-se dizer que **fazer pesquisa é uma arte**: é a arte de produzir (ou retificar) conhecimentos testáveis, demonstráveis ou passíveis de comprovação por outros.

A busca de novos conhecimentos que se faz através da pesquisa, parte de conhecimentos já conquistados, envolve a aplicação de teorias previamente formuladas (ou conjunto articulado de hipóteses sobre questões específicas). A avaliação crítica desses conhecimentos prévios

constitui um modo de se assegurar de que se está operando em campo sólido, desde o ponto de partida de uma nova investigação.

Ocorre, que a ciência nunca está pronta; e o conhecimento científico sobre a realidade nunca é pleno. BACHELARD (1996, p. 17) diz que: *o conhecimento do real é luz que sempre projeta algumas sombras*. E como a pesquisa se direciona a elementos situados nas áreas de sombras, ela necessita formular perguntas precisas a respeito de tais elementos e nortear-se por um método que garanta dado grau de aproximação a eles; método nem sempre completamente dominado, de saída, em todas as suas operações e passos lógicos. Na pesquisa valem as tentativas e erros, porém, submetidos a rigorosos controles epistemológicos. E o acerto é, muitas vezes, um erro retificado.

A esse respeito, BACHELARD (1969, p. 17) afirma: *No fundo, o ato de conhecer dá-se **contra** um conhecimento anterior, destruindo conhecimentos mal-estabelecidos, superando o que, no próprio espírito, é obstáculo à espiritualização*.

Já que não se pode apreender o real por inteiro, de uma só vez, a pesquisa requer operações precisas para isolar ou recortar alguns elementos específicos do real ou uma face de dado elemento, como uma tentativa de lançar luz sobre os aspectos encobertos pelas sombras. Às vezes, requer meios indiretos de aproximação, cortes de tipos distintos (transversal ou longitudinal) ou abordagens a partir de planos de abstração ou agregação diferentes.

Em consequência disso, uma pesquisa **puxa** outra. Os pesquisadores profissionais quase sempre trabalham dentro de um programa de pesquisa ou de uma linha de pesquisa, que se desdobra através de vários projetos de pesquisa sucessivos sobre uma mesma problemática.

Deste modo, a pesquisa científica é uma atividade envolta em muitas dúvidas e incertezas, sendo que a conquista de novos conhecimentos exige, quase sempre, a superação de obstáculos epistemológicos ou teórico-conceituais, a adaptação de velhos métodos e técnicas ou a criação de outros. Nesse sentido, pesquisar envolve movimentos sistemáticos de

ruptura e de criação (construção ou invenção), enquanto movimentos viabilizadores da descoberta e/ou da comprovação.

2ª – O MÉTODO TEM UMA IMPORTÂNCIA DECISIVA NA PESQUISA

Em campos científicos mais codificados e formalizados, o **método** é compreendido como um programa que regula previamente uma série de operações que devem se realizar, apontando erros evitáveis, em vista de um resultado determinado.

BOURDIEU (1989, p. 23), referindo-se à sociologia, define o método como um *modus operandi*; ou seja, um modo de produção científica que supõe um modo de percepção, um conjunto de princípios de visão e de divisão e afirma que este sempre funciona em estado prático, segundo as normas das ciências, sem ter estas normas na sua origem.

Pode-se dizer também que método é o caminho pelo qual se chega a determinado resultado, ainda que esse caminho não tenha sido fixado de antemão, de modo deliberado e refletido. Esta formulação se aplica melhor àqueles campos científicos ainda pouco codificados ou formalizados.

Em qualquer dessas concepções, o método é o esteio do processo de investigação ou a *bússola* do pesquisador. O modo de produzir conhecimento determina, em grande medida, a qualidade do produto. Isto justifica a preocupação dos cientistas com o método e com as dificuldades epistemológicas que enfrenta.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOURDIEU, P., CHAMBOREDON, J. C., PASSERON, J. C.
1975 **El oficio del sociólogo**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno. 2. parte: A construção do objeto, , p. 51-81.
- BOURDIEU, P.
1989 **O poder simbólico**. Lisboa: DIFEL.
- BACHELARD, G.
1996 **A formação do espírito científico**. Rio de Janeiro: Contraponto. Discurso preliminar, p. 7-15.

SOUZA, G. A. A. de

1996 **Sucessão das gerações na Bahia. Reencontro de uma totalidade esquecida.** Campinas: Tese (Doutorado) IFCH-UNICAMP. Cap. 3 e item 1 do Cap. 4.

SANTOS, J. L. F., LEVY, M. S. F., SZMRECSÁNYI, T.

1980 **Dinâmica da população: teoria, métodos e técnicas de análise.** São Paulo: T. A. Queiroz. Cap.4.

ANEXO 1

Resumo de:

1996 SOUZA, G. A. A. de. **Sucessão das gerações na Bahia. Reencontro de uma totalidade esquecida.** Campinas: Tese (Doutorado) IFCH-UNICAMP.

Esta tese faz uma reconstrução dos principais movimentos de persistências e mudanças nos padrões de procriação e de sucessão das gerações na Bahia, desde fins do século XIX, até o presente, norteadas por uma *tradução sociológica* de um dos modelos teórico-conceituais fundantes da Teoria das Populações Estáveis, apresentada no Capítulo 1. E discute seis hipóteses empíricas que se contrapõem às proposições da Teoria da Transição Demográfica, inspiradas na matriz neomalthusiana, sendo as análises demarcadas em quatro períodos históricos significativos: 1860-1889, 1889-1940, 1940-1970 e 1970-1995.

No Capítulo 2 são descritos os diferentes padrões de procriação e de sucessão das gerações vividos em distintas classes e segmentos sociais, no século XIX, e analisadas as condições históricas que os sustentavam. São identificados o momento e as circunstâncias nas quais iniciaram-se mudanças configuradoras do processo convencionalmente designado de *transição demográfica*. Salienta-se o papel de importantes instituições sociais, sobretudo da Igreja Católica e de instituições médicas, quer para a preservação do *habitus* e *ethos* pró-natalista, quer para a redefinição dos mesmos, nos distintos períodos.

No Capítulo 3, avança-se na demonstração de que tal processo foi se desdobrando em tempos e modos distintos, nas várias classes e segmentos sociais, e com determinações diferentes. São discutidas evidências de que, nos anos 1940-45, os padrões de procriação restrita e de mais alta

sobrevivência dos filhos já predominavam nas elites e setores mais abastados das classes médias. E de que, no período 1940-1970, elevaram-se os níveis de fecundidade nas classes populares, indicando que a ampla generalização e consolidação dos padrões de procriação intensa, nessas classes, ocorreu neste período, em decorrência, entre outros fatores, da melhoria dos níveis de vida e das políticas de redução da mortalidade e de incentivo à formação de proles numerosas.

No Capítulo 4, mostra-se como se generalizaram os padrões de procriação restrita e de maior sobrevivência dos filhos, no seio das classes populares, e a influência das novas políticas econômicas, sociais e demográficas, sendo essas últimas essencialmente inspiradas em proposições neomalthusianas. Salienta-se que o neomalthusianismo, douto ou militante, faz um uso instrumental do saber proposicional da demografia, a respeito da problemática enfocada nesta tese, para cumprir um objetivo sócio-político: o de nortear o exercício de *poder simbólico* de representantes de distintas instituições direcionadas ao controle demográfico das classes populares, sobretudo das especializadas no *planejamento das famílias dos pobres*. E que a combinação de políticas sócio-demográficas inspiradas nesta ideologia implica **riscos sociais** significativos, nem sempre perceptíveis ao senso comum; mas que merecem uma reflexão crítica detida.